

## ESCOLA PÚBLICA, SIM... EMPRESA, NÃO!

*Geraldo Balduino Horn*

No Paraná, nos últimos anos, principalmente a partir da administração do governador Ratinho Júnior, os investimentos públicos que deveriam ser destinados para a valorização dos profissionais da educação, para a garantia de uma formação escolar qualificada e para o fortalecimento da educação pública em geral, vem sendo sequestrados por uma política ultraliberal que defende a entrega das escolas para empresas particulares e investidores do mercado.

Em junho deste ano o governador sancionou a Lei 22.006/2024, aprovada em dois turnos pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), que institui o programa “Parceiro da Escola”. Um absurdo! A lei autorizou, de imediato, que a gestão de 204 escolas estaduais seja realizada por empresas com repasse de verba pública.

Apesar das manifestações de protesto e resistência de professores, estudantes e pais o Projeto de Lei tramitou em regime de urgência e foi votado a “toque de caixa” não permitindo um amplo debate por parte da comunidade escolar e dos profissionais da educação.

Na essência, a lei concede às empresas privadas a terceirização da gestão administrativa e de gerenciamento da infraestrutura das escolas estaduais. De acordo com o briefing do projeto o objetivo “é implementar melhorias nas escolas estaduais do Paraná, por meio da contratação de empresas especializadas em gerenciamento de instituições de ensino. É também uma forma de solucionar uma das maiores queixas dos diretores das nossas escolas: tirar deles a preocupação com as demandas administrativas e financeiras.” No mínimo, isso é uma afronta!

A medida coloca em risco a qualidade do nosso ensino público visto que a contratação dos professores, dos serviços de limpeza e da segurança nas escolas não serão mais realizadas por meio de concurso público ou PSS, mas por CLT enfraquecendo sobremaneira a autonomia da administração pública.

O “Parceiro da Escola” afirma que é inspirado em modelos internacionais de sucesso. Ledo engano! As pesquisas no campo educacional mostram que países como o Chile e Estados Unidos, a privatização da educação por meio de um sistema de vouchers e escolas charter - com a

promessa de promover e melhorar os índices educacionais -, fracassou ao longo dos anos. Por outro lado, o sistema educacional da Finlândia (muito mencionado) que nunca adotou a terceirização/privatização da educação, ao contrário, o estado sempre investiu pesado na qualificação dos professores e na infraestrutura educacional, apresenta altos índices de aprendizagem e rendimento escolar.

Parece que não há dúvida quanto a isso: a terceirização/privatização da gestão educacional, além de não trazer benefícios para a aprendizagem dos estudantes, onera os cofres públicos por meio de contratos público-privados superfaturados com institutos e empresas que visam única e exclusivamente o lucro acentuando ainda mais a dualidade de ensino e a desigualdade social. Alguém ainda tem dúvida quanto ao fato de que diretores/as e pedagogos das escolas, profissionais de carreira concursados - em sua maioria com vasta experiência em sala de aula -, são mais preparados e qualificados para enfrentar as especificidades de gestão do chão da escola?

Esta edição d’O Sísifo traz quatro matérias que ajudam entender melhor mais este vergonhoso projeto que vem sendo implementado pela SEED-PR. Na primeira matéria - Cuidado, escola! - Andreia Zonlorenzi e Sebastião Donizete Santarosa mostram o que está por detrás das palavras mansas divulgadas pela propaganda oficial do governo do Paraná e enfatizam que a educação, constitucionalmente, é direito fundamental do ser humano, não é mercadoria. Na segunda - Sorrateira e Autoritária: a Metodologia de Aprovação e Implantação do “Programa Parceiros da Escola” - de Clarice Martins de Souza Batista, Maritana Drescher da Cruz e Hariane Penny De Lellis, com base em observações e discussões com profissionais da educação, relatam como o processo de implantação da privatização da escola pública ocorre de modo antidemocrático.

Já a terceira matéria - Não basta enxergar, é preciso aprender a ver! - elaborada por Marcelo Aparecido Ferreira esclarece como se dá o financiamento neste modelo de gestão, o que está em jogo quando se trata de recursos públicos a serem empenhados num projeto desta natureza. Por fim, o Grêmio estudantil do Col. IVO LEÃO, o Movimento dos Leões e Professores e Funcionários levantam reflexões fundamentais sobre o projeto em forma de perguntas no texto intitulado Questões importantes sobre o projeto e privatização das escolas.

A partir deste número d’O Sísifo contamos com o apoio da editora Platô Editorial ([www.platoeditorial.com](http://www.platoeditorial.com)) na diagramação, arte e divulgação do jornal.

Boa leitura!

**CUIDADO, ESCOLA!***Andreia Zanlorenzi**Sebastião Donizete Santarosa*

**C**uidado, escola! Cuidado, povo paranaense! Por trás de palavras mansas divulgadas pela propaganda oficial, o governo do Paraná está entregando de mão-beijada a especuladores espertalhões o maior patrimônio conquistado pelo povo paranaense ao longo das últimas décadas: a escola pública democrática.

O projeto de privatização das escolas públicas do Paraná, encaminhado pelo governo Ratinho Júnior e aprovado pela ALEP - Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no mês de junho, será implementado no final deste ano mediante realização de consultas públicas, nenhum pouco democráticas, às comunidades escolares. O perigo bate, sorratamente, as nossas portas.

Muitos pais, estudantes e até mesmo educadores parecem estar se deixando levar ingenuamente pelo canto da sereia. A retórica frouxa de que entregar a gestão do serviço público à iniciativa privada gera eficiência e redução de gastos ilude com muita facilidade pessoas menos avisadas. Neste momento, de grave ataque à escola pública, promovido justamente por quem deveria protegê-la e valorizá-la, precisamos entender o que a propaganda desse projeto esconde e assumir diante dele uma posição firme, com responsabilidade histórica, em defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade.

A duras penas, à custa de muitas lutas, o povo brasileiro conquistou a universalização do direito ao acesso e à permanência de crianças e de jovens na Educação Básica. Essa, em termos históricos, é uma conquista recente, coincide com o processo de redemocratização do país após o fim do malfadado regime militar. Desde então, como princípios fundamentais de um sistema educacional a serviço da construção de uma sociedade democrática, instituiu-se como ideário a obrigatoriedade de que a escola seja financiada e gerida pelo poder público, sem fins lucrativos. A escola, como entidade pública a serviço dos interesses dos trabalhadores, deve ser gratuita, democrática e de qualidade.

A educação, constitucionalmente, é direito fundamental do ser humano, não é mercadoria. Como tal, não pode ser explorada por empreendimentos mercantis para obtenção de lucros. Como prática de liberdade e exercício de humanização, voltada para o desenvolvimento individual e social, a escola, em todas as suas ações precisa ser democrática, radicalmente democrática, em diferentes sentidos.

Antes de mais nada, a escola deve ser democrática na garantia do acesso e da permanência de todas as pes-

soas em idade escolar. Mas não é apenas isso. A escola também precisa ser democrática na definição do currículo, de acordo com o contexto sociocultural em que está inserida, marcada e respeitada em suas diferenças. Neste sentido, a escola precisa, obviamente, ser democrática na forma de gestão de recursos materiais e na formulação de projetos de ensino. Esses aspectos, necessariamente, levam a conclusão de que a escola deve ser democrática nas práticas de interação interpessoal, na avaliação, na tomada de decisões, no planejamento e na execução de suas ações, pois é na escola que aprendemos a pensar a vida e o mundo em que vivemos, assumindo nossa responsabilidade como cidadãos. A escola é feita de gente de carne e sangue, de dores, amores e sonhos. A qualidade da educação pública deve contemplar aspectos técnicos e políticos, pois a escola não cabe em um projeto pensado e imposto de cima para baixo, autoritariamente. A escola é feita de vida. Ela não cabe no currículo engessado e nas plataformas. Não podemos permitir que seja reduzida aos interesses de pequenos grupos de empresários ávidos para explorá-la como nicho de mercado.

Ao privatizar as escolas paranaenses, o que Ratinho Júnior está fazendo, literalmente, é repassar para as mãos de empresários o maior bem do povo do Paraná. Os empresários que irão assumir o controle de nossas escolas não têm compromisso social e nem tampouco com a vida e os sonhos de nossos estudantes. O interesse deles é apenas o lucro fácil. São milhões de reais que saem das contribuições de nosso povo que irão inflar gordas contas bancárias de gente inescrupulosa.

Antes de votar a favor da privatização de nossas escolas, é obrigação de todo paranaense, verdadeiramente comprometido com a infância e com a juventude, se informar sobre quanto essas empresas irão lucrar e pensar como esses milhões de reais poderiam, se estivessem sob a administração de conselhos escolares democraticamente constituídos, contribuir para o fortalecimento de nossas escolas, sendo aplicados em infraestrutura, na construção de projetos pedagógicos, laboratórios, quadras esportivas, ginásios de atletismo, piscinas olímpicas, cursos profissionalizantes e tudo aquilo que cada comunidade escolar possa sonhar como possibilidade para tornar a vida de nossos estudantes mais bonita, mais alegre, mais significativa.

Se Ratinho Júnior tivesse de fato interesse em melhorar a escola pública, fortaleceria a gestão democrática e os conselhos escolares, estimulando pais e estudantes a participarem da vida escolar e educadores a se engajarem, com autonomia, em práticas de pesquisa e de estudos, em projetos de educação humana e emancipadora.

Cuidado! A privatização de escolas públicas é um crime contra a infância e a juventude, é um atentado contra o sonho democrático!

## **SORRATEIRA E AUTORITÁRIA: A METODOLOGIA DE APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO “PROGRAMA PARCEIROS DA ESCOLA”**

*Clarice Martins de Souza Batista  
Maritana Drescher da Cruz  
Hariane Penny De Lellis*

O processo de implementação do “Programa Parceiros da Escola” no Estado do Paraná tem sido marcado por práticas que comprometem a transparência, o debate democrático e a participação da comunidade escolar. Desde o surgimento do projeto de lei até a sua transformação em lei, ações autoritárias e dissimuladas têm permeado a implantação do programa, gerando críticas entre educadores, pais e alunos.

O Programa Parceiros da Escola, que passou a ser conhecido como “Trapaceiros da Escola”, começou a ser gestado com a apresentação do Projeto de Lei (PL) nº 345/2024. Esse projeto foi elaborado em um contexto de total exclusão dos profissionais da educação e outros setores da sociedade. A reunião que discutiu a criação do PL envolveu apenas deputados da base governista, sem a participação de representantes das escolas, dos sindicatos ou da comunidade escolar em geral. Essa falta de diálogo gerou desconfiança, resistência e um ambiente de insegurança.

O PL foi aprovado em regime de urgência, no dia 3 de junho de 2024, por meio de uma votação, em que os deputados da base do governo votaram de modo online. Essa medida visou evitar o confronto direto com os educadores, que já demonstravam forte oposição à privatização das escolas estaduais. A votação apressada, sem o tempo necessário para discussões públicas e aprofundadas, deixou evidente que o governo estadual não estava interessado em um debate democrático sobre o futuro da educação.

No dia seguinte, 4 de junho de 2024, foi sancionada a Lei nº 22.006/2024, que instituiu o “Programa Parceiros da Escola”. O governo, de forma ainda mais autoritária, solicitou a prisão da presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (APP-Sindicato), Walkiria Olegário Mazeto, alegando crime de desobediência devido ao início da greve dos professores. A greve, que envolveu cerca de 20.000 profissionais, foi uma resposta legítima contra a privatização da educação pública e uma defesa da autonomia das escolas.

Durante o período de greve, o governo adotou ações abusivas, como o afastamento de lideranças educacionais. A servidora Carmen Lúcia de Souza, diretora de escola, foi afastada do cargo por sua participação no movimento grevista,

sendo substituída por outra servidora, conforme a resolução nº 3.345/2024. Além disso, o governo utilizou dados privados de matrícula de alunos para disparar vídeos de propaganda do programa “Parceiros da Escola”, com o intuito de deslegitimar a greve e difamar os professores e sindicatos.

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) organizou reuniões nas escolas listadas para a privatização, mas de forma estratégica e apressada, sem dar tempo para a mobilização da comunidade escolar. Os convites eram por meio de e-mails, WhatsApp e por bilhetes enviados, aos pais, na véspera das reuniões, dificultando a presença de educadores e demais representantes da comunidade. Essa tática limitou a participação e favoreceu a manipulação da opinião pública a favor do programa.

Em algumas dessas reuniões, a presença de policiais foi uma forma de criar um clima de intimidação, dificultando a livre expressão dos educadores e pais. Em diversos casos, não foi permitido que o sindicato e profissionais da educação se manifestassem. Embora a APP-Sindicato tenha tentado realizar reuniões nas escolas, a falta de divulgação adequada e a desigualdade no acesso dificultaram a mobilização e o debate.

Além disso, a SEED orientou diretores e pedagogos a realizarem reuniões com os pais por plataformas digitais, com a justificativa de discutir questões relativas ao fim do ano letivo. Contudo, essas reuniões muitas vezes serviram como uma oportunidade para promover o “Programa Parceiros da Escola”, manipulando a comunicação em favor da privatização e não considerando as reais necessidades da comunidade escolar. Essa abordagem manipulativa usou a credibilidade dos profissionais da educação para legitimar o programa.

Outro aspecto antidemocrático foi a exclusão de jovens de 16 anos da consulta pública sobre o programa, contrariando o princípio da participação democrática. Além disso, o Decreto nº 7.235/24, publicado no Diário Oficial em 3 de setembro de 2024, determinou que, caso não houvesse quórum nas consultas públicas, a SEED teria autonomia para decidir sobre a implementação do programa. Isso transferiu para o governo estadual a prerrogativa de decidir unilateralmente sobre a privatização das escolas, sem a devida consulta à comunidade.

Em conclusão, as práticas adotadas na implementação do “Programa Parceiros da Escola” evidenciam um processo antidemocrático e velhaco, que desrespeita os direitos constitucionais e as normas educacionais. A falta de transparência, a manipulação da opinião pública e a imposição de medidas opressivas geraram um clima de insegurança e silenciamento, comprometendo o futuro da educação pública no Paraná. O programa representa uma ameaça à qualidade do ensino e à autonomia das escolas estaduais, além de um ataque aos princípios democráticos fundamentais.

## NÃO BASTA ENXERGAR, É PRECISO APRENDER A VER!

Marcelo Aparecido Ferreira

Lembro-me de minha infância no interior, local em que resido e onde minha avó, com histórias e histórias fantásticas nos conectava ao mundo real e imaginário, e muitas destas prosas eu trago comigo. Em uma delas, ela nos ensinava como capturar galinhas. –você joga o milho, ela bica e come, daí joga outro, e outro... Quando ela estiver bem próximo você a agarra, aí é só torcer o pescoço, limpar e por na panela! Assim aprendemos a capturar galinhas, gatos ariscos, passarinhos e a construir arapucas! Pobres animais, só enxergavam o succulento e delicioso alimento, não viam a morte, ou uma prisão invisível. O passarinho, coitado, ao cair na arapuca era engaiolado, nunca mais seria livre para voar, desbravar as fronteiras do desconhecido. Quem dera esses pobres animais conseguissem ver “conseguissem ver” o que havia nas entrelinhas daquelas emboscadas.

Como “pegar galinhas”, assim é esse projeto de lei 345 de 2024, que prevê a terceirização de 204 escolas, minha, sua e das gerações futuras. É uma cilada! Uniforme gratuito, recursos como ônibus para estudo de campo e passeios gratuitos, em resumo, tudo, tudo o que hoje não temos, passaremos a ter com a terceirização, e o grande detalhe, TUDO!, com o mesmo recurso que o Governo gasta hoje. Mais ou menos como um agricultor plantar três alqueires com o mesmo custo que tinha para plantar um. O que é certo, é que a conta não fecha e mais uma vez estão tentando nos enganar e colocar na mão de um empresário. O que me faz lembrar as galinhas da minha avó que viraram sopa.

O cálculo dos custos gastos pelo governo hoje por alunos é de R\$ 800,00 reais já com o percentual de lucro do “parceiro da escola”, conforme previsto em edital. Operação essa que remete a muitas dúvidas e questionamentos, quais não são respondidas. Aluguel, verbas que vem do FUNDEB, e outros orçamentos não condizem com a realidade.

*Conforme consta do documento apresentado pelo TCE-PR, ‘a falta de detalhamento dos custos envolvidos no projeto e a insuficiência de elementos técnicos para a formação do custo por aluno são inconformidades já apontadas por essa unidade técnica’, escreveu e negritou o relator, conselheiro Ivan Lelis Bonilha. (Parceiro da Escola, mas por alguns milhões de reais - CUT Paraná.)*

“Quanto ao valor anual total por aluno (VAAT), o cálculo é de R\$ 5.643,92”. Segundo dados do Governo Federal. (2024 — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.) O que representa um custo mensal de R\$ 470,00 reais por aluno. Um lucro de R\$ 330,00 reais por estudante. Com base nestes dados, supondo uma escola com mil alunos, a empresa parceiro da escola, vai lucrar R\$ 330.000,00 por mês e R\$ 3.960.000,00 por ano, considerando que eles mantenham o mesmo custo que o Estado tem hoje, ou seja, a falácia que estão prometendo.

A falta de clareza é tão imensa que no dia 23/09/2024 em audiência pública realizada pelo Setor de Licitação da Secretaria de Estado da Educação, as empresas com interesse em concorrer no certame de licitações do parceiro da escola, pediram a revisão dos valores, as empresas querem a previsão de pagamentos EXTRAS para cobrir supostas despesas que não estariam incluídas no cálculo de R\$ 800,00 por aluno(as). Ponderaram ainda que caso isso não aconteça o projeto não ira funcionar como promete o Governo do Estado.

*‘Eu fico muito preocupado com a parte de custos justamente por entender que o projeto não vai parar em pé, uma vez que a iniciativa privada vai ter prejuízo’, disse um dos participantes da audiência, Jean Pierre Neto. (Empresas já querem mais dinheiro e afirmam que Parceiro da Escola “não vai parar em pé”)*

Em outras palavras, possivelmente não vai ser apenas R\$ 800,00 por aluno.

Nas apresentações do programa parceiro da escola, os integrantes da SEED, tem proposto que essas “empresas” iram fazer tudo que o governo não faz hoje com o mesmo custo, uma falácia sem dimensão. Ao ser questionado qual o motivo que o governo do estado altera a lei sobre quórum, a resposta é: o governo quer trazer as famílias para dentro das escolas (sarcástico). É um jogo desmedido, sujo, milimetricamente calculado, onde com base na falta de conhecimento da sociedade, o governo se utiliza dos próprios sonhos e necessidades da população, pois... (quem não gostaria de uma psicóloga em cada escola? De uma educação, uma merenda melhor? Qual professor não gostaria de receber FGTS, rescisão e seguro desemprego? Quais não são pagos pelo Governo do Estado hoje?). O intuito é enganar, manipular e convencer nossa gente, condicionar as pessoas a uma prisão, está, invisível, e imperceptível, com o objetivo de destinar o resultado de nossos esforços “impostos” para mão de um empresário, amigo, ou financiador de suas campanhas.

## QUESTÕES IMPORTANTES SOBRE O PROJETO DE PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS

*Grêmio estudantil do Col. IVO LEÃO  
Movimento dos Leões  
Professores e Funcionários*

1. Qual será o valor real e exato do investimento que já deve estar previsto para a melhoria da estrutura física da escola?
2. Nos meses mais quentes alguns alunos chegam a passar mal de tanto calor. Será colocado ar-condicionado em todas as salas? Por que o dinheiro que irá para o bolso de empresários não está vindo para a colocação de sistemas de ventilação das salas?
3. A empresa de gestão prevê a contratação por escola de quantos estudantes universitários sem experiência em sala de aula?
4. Por que o Estado não entrega uniformes sem precisar privatizar a gestão? Não seria mais barato?
5. Como o Estado do Paraná concluiu que é melhor entregar 800 reais por aluno para uma empresa obter lucro e não pode entregar já esse valor diretamente para a atual gestão fazer as melhorias?
6. Como vai melhorar a qualidade da educação contratando professores em início de carreira que não possuem experiência em sala?
7. Qual o nome das empresas que têm pretensão de assumir a gestão do colégio Ivo Leão? São empresas que ainda não existem e serão criadas apenas para participar da licitação?



8. Sabe-se que a educação pública é uma atividade fim que não tem por objetivo dar lucro. Não há o risco de todas as privatizações serem CANCELADAS futuramente no STF por serem inconstitucionais?
9. Por que a verba ou dinheiro público previsto para essas empresas não é enviado diretamente para a gestão atual da escola utilizar? Não seria melhor usar o possível lucro para melhorias na escola?
10. Recentemente o Governo do Paraná fez várias postagens em redes sociais vibrando por sermos o estado com melhor IDEB do Brasil. Se a educação já é excelente, para que privatizar?

11. Por que o Estado não entrega um voucher (vale uniforme) diretamente para os alunos comprarem seus uniformes sem precisar passar por gestões de empresas privadas?

12. Há vários projetos em andamento na escola, que os professores desenvolvem sem visarem lucro. Será que os professores contratados por uma empresa (terceirizada) terão essas iniciativas também?

13. Por que um estudante de 16 anos pode escolher o Presidente da República e não pode votar numa consulta sobre o futuro de sua própria escola?

14. Qual o fundamento democrático de uma votação em que não aceita a participação de

parte da comunidade escolar, que são os estudantes?

15. Por que o governo publicou uma resolução criando regras que apenas favorecem a sua decisão a favor da privatização? A escola será privatizada mesmo sem obter quórum democrático?

### Participe do jornal

ENVIE SEU ARTIGO PARA

[JORNAL SISIFO@GMAIL.COM](mailto:JORNAL SISIFO@GMAIL.COM)

Editores: Geraldo Balduino Horn e Alexander Machado